



Evaristo Borges

**Carro-chefe**

Uma das principais atividades das empresas vinculadas ao Fundap foi a importação de carros que, na década de 90, trouxe para os portos capixabas o desembarque de milhares de unidades de diferentes marcas

# Fundos fiscais colocados em xeque

Fundap, Funres e Fundes receberão propostas de mudanças em sua normatização dentro de 120 dias. Novas formas de incentivos poderão ser apresentadas

WALTER CONDE

Amanhã à tarde, um grupo de trabalho criado pelo Governo do Estado através do Decreto 570-R, vai se reunir pela primeira vez com a missão de re-

do fundo. Como resultado, lembrou que até o Legislativo entrou em cena de forma favorável, ajudando a manter a estrutura do Fundap em funciona-

## Empresários apóiam mudanças

O empresário do Grupo Coser e ex-presidente do Sindicato do Comércio de Importação e Exportação do Espírito Santo (Sindiex), Evandro Coser, viu com naturalidade as mudanças a serem sugeridas pelo grupo de trabalho instituído pelo Governo do Estado. Para Evandro, não há riscos de ocorrer alguma modificação que venha colocar em risco o mecanismo do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

“O Fundap é dinâmico. É normal essas discussões em torno do Fundap”, acrescentou. Para o ex-dirigente do Sindiex, o Fundap somente continua existindo, 30 anos depois de ter sido formulado pelo Governo do Estado, exatamente por causa dessas atualizações periódicas em sua estrutura.

Em tese, o financiamento do próprio ICMS pago pela empresa, por um prazo de 25 anos e com taxa de juros anual de 1%, fica mantido. O secretário estadual da Fazenda, João Luiz Tovar, disse que os maiores beneficiários são os municípios, que recebem integralmente a participação de 25% do tributo das empresas fundapeanas.

Em média, as 243 empresas inscritas no Fundap têm o ICMS calculado sobre 12,43% de sua movimentação. Sobre esse valor encontrado é aplicado os 25% dos municípios. “No ano passado, foram repassados às prefeituras um total de R\$ 160 milhões”, acrescentou. É em cima do valor encontrado com a alíquota de 12,43% que o Fundap aplica 8%

## Idéia é que o Fundap volte às origens

O economista Arlindo Villaschi defende uma proposta de alteração na estrutura do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (Fundap), permitindo que o mecanismo venha fortalecer as indústrias locais existentes. Na sua sugestão, o fundo poderia voltar às origens, onde os empresários do setor comercial não tivessem mais a exigência de investir em atividades industriais.

Para Villaschi, essa regra foi adotada há mais de duas décadas, quando o Espírito Santo tinha necessidade de se transformar de um Estado eminentemente comercial para um pólo industrial. Na sua análise, a imposição faz com que pessoas especializadas na área comercial acabem não sendo bons industriais.

Pelas normas em vigor, o empresário de comércio exterior deve reverter parte do financiamento, conseguido junto ao Fundap, para uma nova atividade no setor industrial ou prestador de serviços. Com a mudança defendida, os fundapeanos poderão desenvolver suas experiências para exportar produtos locais, como os da indústria do vestuário, móveis e mármore beneficiado.

Já o economista Orlando Caliman acentuou que o Fundap não pode ser considerado como um incentivo fiscal, por ser enquadrado como sendo um “incentivo creditício”. Um outro economista capixaba,

investimento  
B/ES

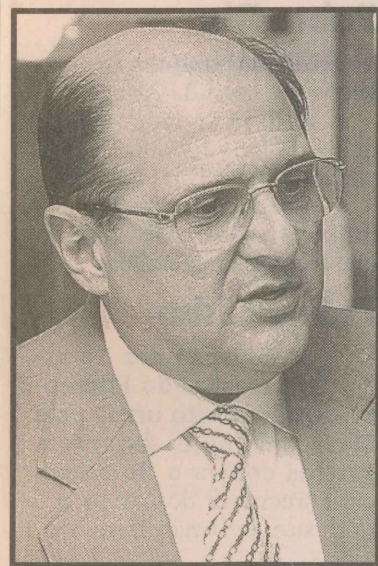
AJO 7038

calculado sobre 12,43% de sua movimentação. Sobre esse valor encontrado é aplicado os 25% dos municípios. “No ano passado, foram repassados às prefeituras um total de R\$ 160 milhões”, acrescentou. É em cima do valor encontrado com a alíquota de 12,43% que o Bandes aplica 8%.

Com uma complexidade que traz dificuldade a um leigo entender, o banco aplica 7% sobre o que encontrou com os 8%, para achar o valor do financiamento. Os 7% de 8% equivalem a 0,56%, sintetiza Tovar. Periodicamente, há leilão onde as empresas podem “comprar” a sua própria dívida com um deságio nunca inferior a 10%. No mês que vem haverá um desses leilões.

Para o secretário Tovar, a recente denúncia das autoridades aduaneiras de que empresas fundapenas estão importando máquinas caça-níqueis, não deve ser visto como um apoio oficial do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) a atividades ilegais. “Se não deixarmos importar baralhos, eles serão importados por Paranaguá ou Santos. E aí, perdemos impostos”.

O secretário disse que a liberação do dinheiro do Fundap somente ocorreria após os importadores apresentarem os desembaraços aduaneiros, com o carimbo da Alfândega. “É a Alfândega quem diz se a mercadoria é legal ou não”, finalizou.



Evaristo Borges

João Luiz Tovar explica o mecanismo do Fundap

Amanhã à tarde, um grupo de trabalho criado pelo Governo do Estado através do Decreto 570-R, vai se reunir pela primeira vez com a missão de revisar os incentivos fiscais capixabas, dentre eles o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). O colegiado, que congrega representantes do próprio Governo, entidades empresariais, legislativa e universitária, tem um prazo de 120 dias para propor reformulações nos fundos de incentivos fiscais e financeiros.

A coordenação do grupo será dividida entre o secretário estadual da Fazenda, João Luiz Tovar, e o secretário estadual de Governo, Gentil Antônio Ruy. No grupo não há participação de entidades que criticam os mecanismos, como os sindicatos que representam os servidores estaduais. Os nomes das pessoas que irão representar as entidades será definido hoje, na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa).

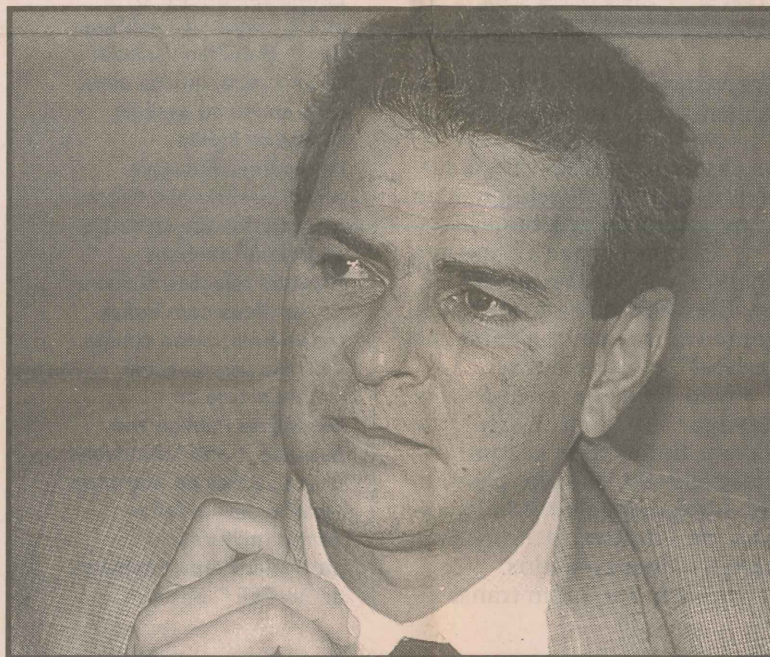
O secretário Tovar disse que, além do Fundap, o grupo vai discutir a revisão nos regulamentos do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (Fundes). Após os 120 dias, Tovar disse que as propostas de alteração vão ser encaminhadas ao governador José Ignácio Ferreira para que ele tome as medidas cabíveis.

### Sugestões

As 243 empresas que estão inscritas como beneficiárias do Fundap deverão aguardar as mudanças, segundo o que antecipou Tovar. Em resumo, o benefício de receber de volta a maior parte do ICMS recolhido vai continuar, mudando na legislação apenas algumas normas que regulamentam o fundo. Entre as mudanças defendidas por Tovar está um tratamento diferenciado, a ser oferecido às novas empresas fundapenas com produtos sem similar no Estado.

“Nesse caso, será bem vinda, desde que não crie problemas para empresas locais”, acentuou. A reformulação não tem

## WALTER CONDE



Chico Guedes

### Sem risco

Evandro Coser, da Coimex, não crê em alterações substanciais no sistema Fundap

objetivo de averiguar tecnicamente qual é a vantagem financeira do Estado em manter ativo mecanismos como o Fundap, preparando para o governador uma planilha no estilo “custo-benefício”. Esse é um pleito dos críticos aos incentivos.

### Missão

A missão do grupo, segundo o Decreto 570-R é: “revisão dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Estado, bem como a eventual proposição da criação de novos incentivos às

atividades empresariais”. Tovar, ao comparar as críticas internas com as que são feitas em outros Estados, admitiu que os posicionamentos contrários ao Fundap são piores de ser combatidos quando formulados por capixabas.

Ele se referiu às duras críticas ao Fundap, feitas há poucos anos pelo Governo paulista. O secretário disse que o “capixabismo” entrou em ação, entre os residentes no Espírito Santo, para defender a continuidade

### ENTIDADES PARTICIPANTES

Secretaria de Estado do Governo  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Secretaria de Estado do Planejamento  
Procuradoria Geral do Estado  
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes)  
Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres)  
Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes)  
Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes)  
Federação do Comércio (Fecomércio)  
Federação da Agricultura do Espírito Santo (Faes)  
Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindix)  
Federação da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes)  
Assembléia Legislativa  
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)  
Auditoria Geral do Estado (AGE)  
Outros, por indicação do governador

Fonte: Decreto nº 570-R, de 1º de fevereiro de 2001

do fundo. Como resultado, lembrou que até o Legislativo entrou em cena de forma favorável, ajudando a manter a estrutura do Fundap em funcionamento.

Outra mudança defendida por Tovar é no sentido de que o Bandes passe a ser remunerado justamente, uma vez que a instituição disponibiliza oito funcionários para gerenciar todos os recursos do Fundap. Mensalmente, o fundo promove financiamentos que totalizam uma média de R\$ 35 milhões. Uma maior avaliação para as inscrições de novas empresas ao Fundap é uma outra sugestão do secretário.

“É por isso que quero colocar a discussão na mesa com quem sabe. Prefiro errar em conjunto do que errar sozinho”, acentuou o secretário. Para ele, que até recentemente ocupava a presidência do Bandes, o Fundap não está sendo um bom negócio para a instituição. Junto com o Fundap, os outros fundos também poderão ser reformulados através das propostas a serem feitas pela comissão.

### Finor e Funres

Para o secretário, a comissão terá oportunidade para “adequar e preservar os fundos contra a concorrência”. Tovar vai sugerir aos integrantes do colegiado que seja feita uma reformulação no Funres. O objetivo será estabelecer um teto no financiamento máximo, que não poderá ultrapassar 49% do investimento. O secretário disse que o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) tem abrangência na Região Norte capixaba.

Como a entrada em vigor do Finor é relativamente recente, foi criada uma disfunção naqueles municípios localizados acima do Rio Doce. As empresas que vão se instalar lá podem solicitar recursos do Funres e do Finor

Como isso, em tese, os empresários podem entrar com praticamente zero de capital próprio, uma vez que o Finor também permite financiamento máximo de 49%. O secretário defende que este tipo de distorção seja revista.

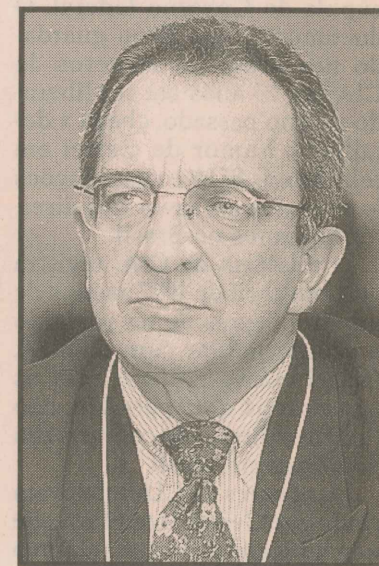
dústria do vestuário, móveis e mármore beneficiado.

Já o economista Orlando Caliman acentuou que o Fundap não pode ser considerado como um incentivo fiscal, por ser enquadrado como sendo um “incentivo creditício”. Um outro economista capixaba, especializado em Fundap, fez algumas críticas ao Fundap. Ele disse que o grupo criado pelo Governo do Estado poderia aproveitar a oportunidade para promover uma profunda mudança.

### Problemas

O mesmo economista apontou “dois problemas”. O primeiro, denominado como sendo de natureza política. “Falta transparência na gestão do Fundap, embora não exista ilegalidade no fundo”, afirmou. Em alguns casos, o Governo não cumpre com a promessa de repassar os financiamentos, completou.

O segundo “problema” apontado é de ordem técnica. Falta um critério de aferimento do Fundap, para analisar até onde ele está sendo bom para o Estado. Não há uma análise de custo-benefício, prosseguiu. Como exemplo, questionou o incentivo para o carvão. “A Usiminas vai continuar importando carvão, mesmo sem o incentivo”, completou.



Carlos Alberto da Silva

Arlindo Villaschi quer fortalecer indústrias locais